

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO PALÁCIO DAS GARÇAS



PROJETO DE LEI Nº. 019/2002.

Dispõe sobre a criação da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) para conservação e manutenção da rede de iluminação pública no Município de Ladário/MS, e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Ladário, Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica, faço saber que a Câmara Municipal APROVOU e eu SANCIONO a seguinte Lei:

Artigo 1°. Fica criada a Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP), destinada a atender às despesas de manutenção e conservação da rede de iluminação pública, bem como de operação e melhoramento dos serviços prestados neste setor pelo Município de Ladário/MS, que incidirá:

- § 1°. Considera-se unidade imobiliária autônoma edificada, para efeitos de lançamento da contribuição instituída pelo *caput* deste artigo, os apartamentos, salas lojas, sobrelojas, boxes e demais unidades em que o prédio for dividido.
- § 2°. A Contribuição incidirá sobre as unidades imobiliárias autônomas, edificadas ou não, localizadas:
 - a) em ambos os lados das vias públicas, mesmo que as luminárias estejam instaladas em apenas um deles;
 - b) em todo perímetro circunvizinho das praças e logradouros públicos, independentemente da distribuição das luminárias; e,
 - em toda a área do município, mesmo nos locais que não possuam iluminação pública, desde que se constituam em vias de acesso às principais vias e logradouros que possuam tal serviço.
- § 3°. A Contribuição incidirá ainda sobre unidades imobiliárias diversas, permanente ou não, tais como trailers, barracas, palco para shows e assemelhados.
- § 4°. Será responsável pelo pagamento da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) o proprietário, o possuidor ou aquele que detenha, a qualquer título, a unidade imobiliária autônoma ou à unidade não imobiliária diversa.
- Artigo 2º. Entende-se por rede de iluminação pública, para fins de aplicação desta Lei, aquela que esteja direta e regularmente ligada à rede de distribuição de energia da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (ENERSUL), ou empresa que lhe seja sucessora, e sirva exclusivamente à via pública, às praças ou a qualquer logradouro de livre acesso permanente ao público.
- Artigo 3°. O valor da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) será cobrado em duodécimos, sempre baseado em percentuais sobre o consumo, no caso das unidades imobiliárias autônomas edificadas e unidades não imobiliárias diversas, até os limites estabelecidos nas Tabelas Anexas.

R. Corumbá, 500 - CEP 79.370-000 - C. Postal 04 - Tel. Fax - 226 2004 - Ladário (MS).



Lei.

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL PREFEITURA MUNICIPAL DE LADÁRIO PALÁCIO DAS GARÇAS



§ Único – A cobrança da Contribuição devida pelas unidades imobiliárias autônomas não edificadas dar-se-á proporcionalmente à testada do terreno.

Artigo 4°. Estão isentos do pagamento da Contribuição, criada por esta Lei, as unidades imobiliárias autônomas com ligações monofásicas residenciais, cujo consumo de energia elétrica mensal, for igual ou inferior a 100 KW.

Artigo 5º. A cobrança da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) constituirá em receita destinada a cobrir os custos dos serviços e demais dispêndios da Municipalidade decorrente da instalação, manutenção, conservação, operação e consumo de energia elétrica para iluminação pública, bem como para melhoramento e ampliação do serviço.

Artigo 6°. A cobrança da Contribuição será efetuada pelo Município, diretamente, através de terceiros ou de convênios com concessionárias de serviços públicos, neste caso, prioritariamente, por intermédio da ENERSUL, através das contas mensais de fornecimento de energia elétrica.

Artigo 7°. Fica a cargo do Município a execução de projetos especiais de iluminação de avenidas, ruas, pacas, alamedas e vias públicas em geral, bem como de parques, jardins, monumentos, pátios internos e demais logradouros públicos, correndo as despesas com manutenção, operação, administração e as de instaladores luminosos de ruas e execução de iluminação temporárias, decorativa ou festiva, de caráter provisório ou definitivo, por conta do erário municipal.

§ Único – O Município fará comunicação a ENERSUL, sobre a execução do tipo de iluminação que se enquadre entre aqueles mencionados no *caput* deste artigo, para efeito de exame da viabilidade técnica da ligação à rede de distribuição e registro da carga instalada para fim de faturamento da conta de energia elétrica.

Artigo 8°. O Poder Executivo, no prazo de 30(trinta) dias, regulamentará a presente

Artigo 9°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, e em especial a Lei nº. 694, de 07/05/2001.

LADÁRIO/MS, em 03 de Dezembro de 2002.

JOSÉ FRANCISCO MENDES SAMPAIO PREFEITO MUNICIPAL



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Centro Político-Administrativo Prefeito Hélio Benzi - Fones: 226-2226 e 226-1007 (Fax) R. Corumbá, Q 28 - CEP 79.370-000 - C. Postal 12 - CGC 02.017.960/0001-90 - Ladário - MS

LEI N° 731, de 12/12/2002

LEI Nº 731

Dispõe sobre a criação da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) para conservação e manutenção da rede de iluminação pública no Município de Ladário-MS, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Ladário, Estado de Mato Grosso do Sul, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, SANCIONO a seguinte Lei.

- Artigo 1º Fica criada a Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) destinada a atender as despesas de manutenção e conservação da rede de iluminação pública, bem como de operação de melhoramento dos serviços prestados neste setor pelo Município de Ladário-MS, que incidirá:
- § 1º Considera-se unidade imobiliária autônoma edificada, para efeitos de lançamento de contribuição instituída pelo **caput** deste artigo, os apartamentos, salas lojas, sobrelojas, boxes e demais unidades em que o prédio for dividido.
- § 2º A contribuição incidirá sobre as unidades imobiliárias autônomas, edificadas ou não, localizadas:
 - a) em ambos os lados das vias públicas, mesmo que as luminárias estejam instaladas em apenas um deles;
 - b) em todo perímetro circunvizinho das praças e logradouros públicos, independentemente da distribuição das luminárias; e,
 - c) em toda a área do município, mesmo nos locais que não possuam iluminação pública, desde que se constituam em vias de acesso às principais vias e logradouros que possuam tal serviço.
- § 3º A contribuição incidirá ainda sobre unidades imobiliárias diversas, permanente ou não, tais como trailers, barracas, palco para shows e assemelhados.
- § 4º Será responsável pelo pagamento da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) o proprietário, o possuidor ou aquele que detenha, a qualquer título, a unidade imobiliária autônoma ou à unidade não imobiliária diversa.
- Artigo 2º Estende-se por rede de iluminação pública, para fins de aplicação desta Lei, aquela que esteja direta e regularmente ligada à rede de distribuição de energia da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (ENERSUL), ou empresa que lhe seja sucessora, e sirva exclusivamente à via pública, às praças ou a qualquer logradouro de livre acesso permanente ao público.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Centro Político-Administrativo Prefeito Hélio Benzi - Fones: 226-2226 e 226-1007 (Fax) R. Corumbá, Q 28 - CEP 79.370-000 - C. Postal 12 - CGC 02.017.960/0001-90 - Ladário - MS

- Artigo 3º O valor da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) será cobrado em duodécimos, sempre baseado em percentuais sobre o consumo, no caso das unidades imobiliárias autônomas edificadas e unidades não imobiliárias diversas, até os limites estabelecidos nas Tabelas Anexas.
- § Único A cobrança da Contribuição devida pelas unidades imobiliárias autônomas não edificadas dar-se-á proporcionalmente à testada do terreno.
- Artigo 4º Estão isentos do pagamento da Contribuição, criada por esta Lei, as unidades imobiliárias autônomas com ligações monofásicas residenciais, cujo consumo de energia elétrica mensal, for igual ou inferior a 100 KW.
- Artigo 5º A cobrança da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) constituirá em receita destinada a cobrir os custos dos serviços e demais dispêndios da Municipalidade decorrente da instalação, manutenção, conservação, operação e consumo de energia elétrica para iluminação pública, bem como para melhoramento e ampliação do serviço.
- Artigo 6º A cobrança da Contribuição será efetuada pelo Município, diretamente, através de terceiros ou de convênios com concessionárias de serviços públicos, neste caso, prioritariamente, por intermédio da ENERSUL, através das contas mensais de fornecimento de energia elétrica.
- Artigo 7º Fica a cargo do Município a execução de projetos especiais de iluminação de avenidas, ruas, praças, alamedas e vias públicas em geral, bem como de parques, jardins, monumentos, pátios internos e demais logradouros públicos, correndo as despesas com manutenção, operação, administração e as de instaladores luminosos de ruas e execução de iluminação temporárias, decorativa ou festiva, de caráter provisório ou definitivo, por conta do erário municipal.
- § <u>Único</u> O Município fará comunicação a **ENERSUL**, sobre a execução do tipo de iluminação que se enquadre entre aqueles mencionados no **caput** deste artigo, para efeito de exame da viabilidade técnica da ligação à rede de distribuição e registro da carga instalada para fim de faturamento da conta de energia elétrica.
- Artigo 8º O Poder Executivo, no prazo de 30(trinta) dias, regulamentará a presente Lei.
- Artigo 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario, e em especial a Lei nº 694, de 07/05/2001.

Ladário - MS., em 12 de Dezembro de 2002.

José Francisco Mendes Sampaio Prefeito Municipal

BSITE | CASPINE COM/Scanner.js | FOR EVALUATION USE ONL



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Centro Político-Administrativo Prefeito Hélio Benzi - Fones: 226-2226 e 226-1007 (Fax) R. Corumbá, Q 28 - CEP 79.370-000 - C. Postal 12 - CGC 02.017.960/0001-90 - Ladário - MS

LEI Nº 731, de 12/12/2002

LEI Nº 731

Dispõe sobre a criação da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) para conservação e manutenção da rede de iluminação pública no Município de Ladário-MS, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Ladário, Estado de Mato Grosso do Sul, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, SANCIONO a seguinte Lei.

- Artigo 1º Fica criada a Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) destinada a atender as despesas de manutenção e conservação da rede de iluminação pública, bem como de operação de melhoramento dos serviços prestados neste setor pelo Município de Ladário-MS, que incidirá:
- § 1º Considera-se unidade imobiliária autônoma edificada, para efeitos de lançamento de contribuição instituída pelo **caput** deste artigo, os apartamentos, salas lojas, sobrelojas, boxes e demais unidades em que o prédio for dividido.
- § 2º A contribuição incidirá sobre as unidades imobiliárias autônomas, edificadas ou não, localizadas:
 - a) em ambos os lados das vias públicas, mesmo que as luminárias estejam instaladas em apenas um deles;
 - b) em todo perímetro circunvizinho das praças e logradouros públicos, independentemente da distribuição das luminárias; e,
 - c) em toda a área do município, mesmo nos locais que não possuam iluminação pública, desde que se constituam em vias de acesso às principais vias e logradouros que possuam tal serviço.
- § 3º A contribuição incidirá ainda sobre unidades imobiliárias diversas, permanente ou não, tais como trailers, barracas, palco para shows e assemelhados.
- § 4º Será responsável pelo pagamento da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) o proprietário, o possuidor ou aquele que detenha, a qualquer título, a unidade imobiliária autônoma ou à unidade não imobiliária diversa.
- Artigo 2º Estende-se por rede de iluminação pública, para fins de aplicação desta Lei, aquela que esteja direta e regularmente ligada à rede de distribuição de energia da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (ENERSUL), ou empresa que lhe seja sucessora, e sirva exclusivamente à via pública, às praças ou a qualquer logradouro de livre acesso permanente ao público.

SITE asprise.com/Scanner.js FOR EVALUATION USE ONI



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Centro Político-Administrativo Prefeito Hélio Benzi - Fones: 226-2226 e 226-1007 (Fax) R. Corumbá, Q 28 - CEP 79.370-000 - C. Postal 12 - CGC 02.017.960/0001-90 - Ladário - MS

- Artigo 3º O valor da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) será cobrado em duodécimos, sempre baseado em percentuais sobre o consumo, no caso das unidades imobiliárias autônomas edificadas e unidades não imobiliárias diversas, até os limites estabelecidos nas Tabelas Anexas.
- § Único A cobrança da Contribuição devida pelas unidades imobiliárias autônomas não edificadas dar-se-á proporcionalmente à testada do terreno.
- Artigo 4º Estão isentos do pagamento da Contribuição, criada por esta Lei, as unidades imobiliárias autônomas com ligações monofásicas residenciais, cujo consumo de energia elétrica mensal, for igual ou inferior a 100 KW.
- Artigo 5º A cobrança da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) constituirá em receita destinada a cobrir os custos dos serviços e demais dispêndios da Municipalidade decorrente da instalação, manutenção, conservação, operação e consumo de energia elétrica para iluminação pública, bem como para melhoramento e ampliação do serviço.
- <u>Artigo 6º</u> A cobrança da Contribuição será efetuada pelo Município, diretamente, através de terceiros ou de convênios com concessionárias de serviços públicos, neste caso, prioritariamente, por intermédio da ENERSUL, através das contas mensais de fornecimento de energia elétrica.
- Artigo 7º Fica a cargo do Município a execução de projetos especiais de iluminação de avenidas, ruas, praças, alamedas e vias públicas em geral, bem como de parques, jardins, monumentos, pátios internos e demais logradouros públicos, correndo as despesas com manutenção, operação, administração e as de instaladores luminosos de ruas e execução de iluminação temporárias, decorativa ou festiva, de caráter provisório ou definitivo, por conta do erário municipal.
- § Único O Município fará comunicação a ENERSUL, sobre a execução do tipo de iluminação que se enquadre entre aqueles mencionados no caput deste artigo, para efeito de exame da viabilidade técnica da ligação à rede de distribuição e registro da carga instalada para fim de faturamento da conta de energia elétrica.
- Artigo 8º O Poder Executivo, no prazo de 30(trinta) dias, regulamentará a presente Lei.
- Artigo 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario, e em especial a Lei nº 694, de 07/05/2001.

Ladário - MS., em 12 de Dezembro de 2002

José Francisco Mendes Sampaio Prefeito Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Centro Político-Administrativo Prefeito Hélio Benzi - Fones: 226-2226 e 226-1007 (Fax) R. Corumbá, Q 28 - CEP 79.370-000 - C. Postal 12 - CGC 02.017.960/0001-90 - Ladário - MS

LEI N° 731, de 12/12/2002

LEI Nº 731

Dispõe sobre a criação da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) para conservação e manutenção da rede de iluminação pública no Município de Ladário-MS, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Ladário, Estado de Mato Grosso do Sul, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, SANCIONO a seguinte Lei.

- Artigo 1º Fica criada a Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) destinada a atender as despesas de manutenção e conservação da rede de iluminação pública, bem como de operação de melhoramento dos serviços prestados neste setor pelo Município de Ladário-MS, que incidirá:
- § 1º Considera-se unidade imobiliária autônoma edificada, para efeitos de lançamento de contribuição instituída pelo **caput** deste artigo, os apartamentos, salas lojas, sobrelojas, boxes e demais unidades em que o prédio for dividido.
- § 2º A contribuição incidirá sobre as unidades imobiliárias autônomas, edificadas ou não, localizadas:
 - a) em ambos os lados das vias públicas, mesmo que as luminárias estejam instaladas em apenas um deles;
 - b) em todo perímetro circunvizinho das praças e logradouros públicos, independentemente da distribuição das luminárias; e,
 - c) em toda a área do município, mesmo nos locais que não possuam iluminação pública, desde que se constituam em vias de acesso às principais vias e logradouros que possuam tal serviço.
- § 3º A contribuição incidirá ainda sobre unidades imobiliárias diversas, permanente ou não, tais como trailers, barracas, palco para shows e assemelhados.
- § 4º Será responsável pelo pagamento da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) o proprietário, o possuidor ou aquele que detenha, a qualquer título, a unidade imobiliária autônoma ou à unidade não imobiliária diversa.
- Artigo 2º Estende-se por rede de iluminação pública, para fins de aplicação desta Lei, aquela que esteja direta e regularmente ligada à rede de distribuição de energia da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (ENERSUL), ou empresa que lhe seja sucessora, e sirva exclusivamente à via pública, às praças ou a qualquer logradouro de livre acesso permanente ao público.

BSITE asprise.com/Scanner.js FOR EVALUATION USE ON



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Centro Político-Administrativo Prefeito Hélio Benzi - Fones: 226-2226 e 226-1007 (Fax) R. Corumbá, Q 28 - CEP 79.370-000 - C. Postal 12 - CGC 02.017.960/0001-90 - Ladário - MS

- Artigo 3º O valor da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) será cobrado em duodécimos, sempre baseado em percentuais sobre o consumo, no caso das unidades imobiliárias autônomas edificadas e unidades não imobiliárias diversas, até os limites estabelecidos nas Tabelas Anexas.
- . <u>§ Único</u> A cobrança da Contribuição devida pelas unidades imobiliárias autônomas não edificadas dar-se-á proporcionalmente à testada do terreno.
- Artigo 4º Estão isentos do pagamento da Contribuição, criada por esta Lei, as unidades imobiliárias autônomas com ligações monofásicas residenciais, cujo consumo de energia elétrica mensal, for igual ou inferior a 100 KW.
- Artigo 5º A cobrança da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) constituirá em receita destinada a cobrir os custos dos serviços e demais dispêndios da Municipalidade decorrente da instalação, manutenção, conservação, operação e consumo de energia elétrica para iluminação pública, bem como para melhoramento e ampliação do serviço.
- <u>Artigo 6º</u> A cobrança da Contribuição será efetuada pelo Município, diretamente, através de terceiros ou de convênios com concessionárias de serviços públicos, neste caso, prioritariamente, por intermédio da ENERSUL, através das contas mensais de fornecimento de energia elétrica.
- Artigo 7º Fica a cargo do Município a execução de projetos especiais de iluminação de avenidas, ruas, praças, alamedas e vias públicas em geral, bem como de parques, jardins, monumentos, pátios internos e demais logradouros públicos, correndo as despesas com manutenção, operação, administração e as de instaladores luminosos de ruas e execução de iluminação temporárias, decorativa ou festiva, de caráter provisório ou definitivo, por conta do erário municipal.
- § Único O Município fará comunicação a ENERSUL, sobre a execução do tipo de iluminação que se enquadre entre aqueles mencionados no caput deste artigo, para efeito de exame da viabilidade técnica da ligação à rede de distribuição e registro da carga instalada para fim de faturamento da conta de energia elétrica.
- Artigo 8º O Poder Executivo, no prazo de 30(trinta) dias, regulamentará a presente Lei.
- Artigo 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario, e em especial a Lei nº 694, de 07/05/2001.

Ladário - MS., em 12 de Dezembro de 2002.

José Francisco Mendes Sampaio Prefeito Municipal

CODOSCO com /Segunda in FOREVALUATION HEE ONLY





ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Centro Político-Administrativo Prefeito Hélio Benzi - Fones: 226-2226 e 226-1007 (Fax) R. Corumbá, Q 28 - CEP 79.370-000 - C. Postal 12 - CGC 02.017.960/0001-90 - Ladário - MS

LEI Nº 731, de 12/12/2002

LEI Nº 731

Dispõe sobre a criação da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) para conservação e manutenção da rede de iluminação pública no Município de Ladário-MS, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Ladário, Estado de Mato Grosso do Sul, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, SANCIONO a seguinte Lei.

- Artigo 1º Fica criada a Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) destinada a atender as despesas de manutenção e conservação da rede de iluminação pública, bem como de operação de melhoramento dos serviços prestados neste setor pelo Município de Ladário-MS, que incidirá:
- § 1º Considera-se unidade imobiliária autônoma edificada, para efeitos de lançamento de contribuição instituída pelo **caput** deste artigo, os apartamentos, salas lojas, sobrelojas, boxes e demais unidades em que o prédio for dividido.
- § 2º A contribuição incidirá sobre as unidades imobiliárias autônomas, edificadas ou não, localizadas:
 - a) em ambos os lados das vias públicas, mesmo que as luminárias estejam instaladas em apenas um deles;
 - b) em todo perímetro circunvizinho das praças e logradouros públicos, independentemente da distribuição das luminárias; e,
 - c) em toda a área do município, mesmo nos locais que não possuam iluminação pública, desde que se constituam em vias de acesso às principais vias e logradouros que possuam tal serviço.
- § 3º A contribuição incidirá ainda sobre unidades imobiliárias diversas, permanente ou não, tais como trailers, barracas, palco para shows e assemelhados.
- § 4º Será responsável pelo pagamento da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) o proprietário, o possuidor ou aquele que detenha, a qualquer título, a unidade imobiliária autônoma ou à unidade não imobiliária diversa.
- Artigo. 2º Estende-se por rede de iluminação pública, para fins de aplicação desta Lei, aquela que esteja direta e regularmente ligada à rede de distribuição de energia da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (ENERSUL), ou empresa que lhe seja sucessora, e sirva exclusivamente à via pública, às praças ou a qualquer logradouro de livre acesso permanente ao público.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Centro Político-Administrativo Prefeito Hélio Benzi - Fones: 226-2226 e 226-1007 (Fax) R. Corumbá, Q 28 - CEP 79.370-000 - C. Postal 12 - CGC 02.017.960/0001-90 - Ladário - MS

- Artigo 3º O valor da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) será cobrado em duodécimos, sempre baseado em percentuais sobre o consumo, no caso das unidades imobiliárias autônomas edificadas e unidades não imobiliárias diversas, até os limites estabelecidos nas Tabelas Anexas.
- § Único A cobrança da Contribuição devida pelas unidades imobiliárias autônomas não edificadas dar-se-á proporcionalmente à testada do terreno.
- Artigo 4º Estão isentos do pagamento da Contribuição, criada por esta Lei, as unidades imobiliárias autônomas com ligações monofásicas residenciais, cujo consumo de energia elétrica mensal, for igual ou inferior a 100 KW.
- Artigo 5º A cobrança da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) constituirá em receita destinada a cobrir os custos dos serviços e demais dispêndios da Municipalidade decorrente da instalação, manutenção, conservação, operação e consumo de energia elétrica para iluminação pública, bem como para melhoramento e ampliação do serviço.
- <u>Artigo 6º</u> A cobrança da Contribuição será efetuada pelo Município, diretamente, através de terceiros ou de convênios com concessionárias de serviços públicos, neste caso, prioritariamente, por intermédio da ENERSUL, através das contas mensais de fornecimento de energia elétrica.
- Artigo 7º Fica a cargo do Município a execução de projetos especiais de iluminação de avenidas, ruas, praças, alamedas e vias públicas em geral, bem como de parques, jardins, monumentos, pátios internos e demais logradouros públicos, correndo as despesas com manutenção, operação, administração e as de instaladores luminosos de ruas e execução de iluminação temporárias, decorativa ou festiva, de caráter provisório ou definitivo, por conta do erário municipal.
- § <u>Énico</u> O Município fará comunicação a ENERSUL, sobre a execução do tipo de iluminação que se enquadre entre aqueles mencionados no caput deste artigo, para efeito de exame da viabilidade técnica da ligação à rede de distribuição e registro da carga instalada para fim de faturamento da conta de energia elétrica.
- Artigo 8º O Poder Executivo, no prazo de 30(trinta) dias, regulamentará a presente Lei.
- Artigo 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario, e em especial a Lei nº 694, de 07/05/2001.

Ladário - MS., em 12 de Dezembro de 2002.

José Francisco Mendes Sampaio Prefeito Municipal

SITE | CASPINE COM/Scanner.js | FOR EVALUATION USE ONLY



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Centro Político-Administrativo Prefeito Hélio Benzi - Fones: 226-2226 e 226-1007 (Fax) R. Corumbá, Q 28 - CEP 79.370-000 - C. Postal 12 - CGC 02.017.960/0001-90 - Ladário - MS

LEI N° 731, de 12/12/2002

LEI Nº 731

Dispõe sobre a criação da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) para conservação e manutenção da rede de iluminação pública no Município de Ladário-MS, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Ladário, Estado de Mato Grosso do Sul, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, SANCIONO a seguinte Lei.

- Artigo 1º Fica criada a Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) destinada a atender as despesas de manutenção e conservação da rede de iluminação pública, bem como de operação de melhoramento dos serviços prestados neste setor pelo Município de Ladário-MS, que incidirá:
- § 1º Considera-se unidade imobiliária autônoma edificada, para efeitos de lançamento de contribuição instituída pelo **caput** deste artigo, os apartamentos, salas lojas, sobrelojas, boxes e demais unidades em que o prédio for dividido.
- § 2º A contribuição incidirá sobre as unidades imobiliárias autônomas, edificadas ou não, localizadas:
 - a) em ambos os lados das vias públicas, mesmo que as luminárias estejam instaladas em apenas um deles;
 - b) em todo perímetro circunvizinho das praças e logradouros públicos, independentemente da distribuição das luminárias; e,
 - c) em toda a área do município, mesmo nos locais que não possuam iluminação pública, desde que se constituam em vias de acesso às principais vias e logradouros que possuam tal serviço.
- § 3º A contribuição incidirá ainda sobre unidades imobiliárias diversas, permanente ou não, tais como trailers, barracas, palco para shows e assemelhados.
- § 4º Será responsável pelo pagamento da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) o proprietário, o possuidor ou aquele que detenha, a qualquer título, a unidade imobiliária autônoma ou à unidade não imobiliária diversa.
- Artigo 2º Estende-se por rede de iluminação pública, para fins de aplicação desta Lei, aquela que esteja direta e regularmente ligada à rede de distribuição de energia da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (ENERSUL), ou empresa que lhe seja sucessora, e sirva exclusivamente à via pública, às praças ou a qualquer logradouro de livre acesso permanente ao público.



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Centro Político-Administrativo Prefeito Hélio Benzi - Fones: 226-2226 e 226-1007 (Fax) R. Corumbá, Q 28 - CEP 79.370-000 - C. Postal 12 - CGC 02.017.960/0001-90 - Ladário - MS

- Artigo 3º O valor da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) será cobrado em duodécimos, sempre baseado em percentuais sobre o consumo, no caso das unidades imobiliárias autônomas edificadas e unidades não imobiliárias diversas, até os limites estabelecidos nas Tabelas Anexas.
- § Único A cobrança da Contribuição devida pelas unidades imobiliárias autônomas não edificadas dar-se-á proporcionalmente à testada do terreno.
- Artigo 4º Estão isentos do pagamento da Contribuição, criada por esta Lei, as unidades imobiliárias autônomas com ligações monofásicas residenciais, cujo consumo de energia elétrica mensal, for igual ou inferior a 100 KW.
- Artigo 5º A cobrança da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) constituirá em receita destinada a cobrir os custos dos serviços e demais dispêndios da Municipalidade decorrente da instalação, manutenção, conservação, operação e consumo de energia elétrica para iluminação pública, bem como para melhoramento e ampliação do serviço.
- <u>Artigo 6º</u> A cobrança da Contribuição será efetuada pelo Município, diretamente, através de terceiros ou de convênios com concessionárias de serviços públicos, neste caso, prioritariamente, por intermédio da ENERSUL, através das contas mensais de fornecimento de energia elétrica.
- Artigo 7º Fica a cargo do Município a execução de projetos especiais de iluminação de avenidas, ruas, praças, alamedas e vias públicas em geral, bem como de parques, jardins, monumentos, pátios internos e demais logradouros públicos, correndo as despesas com manutenção, operação, administração e as de instaladores luminosos de ruas e execução de iluminação temporárias, decorativa ou festiva, de caráter provisório ou definitivo, por conta do erário municipal.
- § Único O Município fará comunicação a ENERSUL, sobre a execução do tipo de iluminação que se enquadre entre aqueles mencionados no caput deste artigo, para efeito de exame da viabilidade técnica da ligação à rede de distribuição e registro da carga instalada para fim de faturamento da conta de energia elétrica.
- Artigo 8º O Poder Executivo, no prazo de 30(trinta) dias, regulamentará a presente Lei.
- Artigo 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario, e em especial a Lei nº 694, de 07/05/2001.

Ladário - MS., em 12 de Dezembro de 2002.

José Francisco Mendes Sampaio Prefeito Municipal



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Centro Político-Administrativo Prefeito Hélio Benzi - Fones: 226-2226 e 226-1007 (Fax) R. Corumbá, Q 28 - CEP 79.370-000 - C. Postal 12 - CGC 02.017.960/0001-90 - Ladário - MS

LEI N° 731, de 12/12/2002

LEI Nº 731

Dispõe sobre a criação da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) para conservação e manutenção da rede de iluminação pública no Município de Ladário-MS, e dá outras providências.

Faço saber que a Câmara Municipal de Ladário, Estado de Mato Grosso do Sul, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso de minhas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica, SANCIONO a seguinte Lei.

- Artigo 1º Fica criada a Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) destinada a atender as despesas de manutenção e conservação da rede de iluminação pública, bem como de operação de melhoramento dos serviços prestados neste setor pelo Município de Ladário-MS, que incidirá:
- § 1º Considera-se unidade imobiliária autônoma edificada, para efeitos de lançamento de contribuição instituída pelo **caput** deste artigo, os apartamentos, salas lojas, sobrelojas, boxes e demais unidades em que o prédio for dividido.
- § 2º A contribuição incidirá sobre as unidades imobiliárias autônomas, edificadas ou não, localizadas:
 - a) em ambos os lados das vias públicas, mesmo que as luminárias estejam instaladas em apenas um deles;
 - b) em todo perímetro circunvizinho das praças e logradouros públicos, independentemente da distribuição das luminárias; e,
 - c) em toda a área do município, mesmo nos locais que não possuam iluminação pública, desde que se constituam em vias de acesso às principais vias e logradouros que possuam tal serviço.
- § 3º A contribuição incidirá ainda sobre unidades imobiliárias diversas, permanente ou não, tais como trailers, barracas, palco para shows e assemelhados.
- § 4º Será responsável pelo pagamento da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) o proprietário, o possuidor ou aquele que detenha, a qualquer título, a unidade imobiliária autônoma ou à unidade não imobiliária diversa.
- Artigo 2º Estende-se por rede de iluminação pública, para fins de aplicação desta Lei, aquela que esteja direta e regularmente ligada à rede de distribuição de energia da Empresa Energética de Mato Grosso do Sul (ENERSUL), ou empresa que lhe seja sucessora, e sirva exclusivamente à via pública, às praças ou a qualquer logradouro de livre acesso permanente ao público.

SSITE | CASPINE - COM / Scanner.js | FOR EVALUATION USE ONI



ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

Centro Político-Administrativo Prefeito Hélio Benzi - Fones: 226-2226 e 226-1007 (Fax) R. Corumbá, Q 28 - CEP 79.370-000 - C. Postal 12 - CGC 02.017.960/0001-90 - Ladário - MS

- Artigo 3º O valor da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) será cobrado em duodécimos, sempre baseado em percentuais sobre o consumo, no caso das unidades imobiliárias autônomas edificadas e unidades não imobiliárias diversas, até os limites estabelecidos nas Tabelas Anexas.
- § Único A cobrança da Contribuição devida pelas unidades imobiliárias autônomas não edificadas dar-se-á proporcionalmente à testada do terreno.
- Artigo 4º Estão isentos do pagamento da Contribuição, criada por esta Lei, as unidades imobiliárias autônomas com ligações monofásicas residenciais, cujo consumo de energia elétrica mensal, for igual ou inferior a 100 KW.
- Artigo 5º A cobrança da Contribuição Social da Iluminação Pública (COSIP) constituirá em receita destinada a cobrir os custos dos serviços e demais dispêndios da Municipalidade decorrente da instalação, manutenção, conservação, operação e consumo de energia elétrica para iluminação pública, bem como para melhoramento e ampliação do serviço.
- Artigo 6º A cobrança da Contribuição será efetuada pelo Município, diretamente, através de terceiros ou de convênios com concessionárias de serviços públicos, neste caso, prioritariamente, por intermédio da ENERSUL, através das contas mensais de fornecimento de energia elétrica.
- Artigo 7º Fica a cargo do Município a execução de projetos especiais de iluminação de avenidas, ruas, praças, alamedas e vias públicas em geral, bem como de parques, jardins, monumentos, pátios internos e demais logradouros públicos, correndo as despesas com manutenção, operação, administração e as de instaladores luminosos de ruas e execução de iluminação temporárias, decorativa ou festiva, de caráter provisório ou definitivo, por conta do erário municipal.
- § Único O Município fará comunicação a ENERSUL, sobre a execução do tipo de iluminação que se enquadre entre aqueles mencionados no caput deste artigo, para efeito de exame da viabilidade técnica da ligação à rede de distribuição e registro da carga instalada para fim de faturamento da conta de energia elétrica.
- Artigo 8º O Poder Executivo, no prazo de 30(trinta) dias, regulamentará a presente Lei.
- Artigo 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario, e em especial a Lei nº 694, de 07/05/2001.

Ladário - MS., em 12 de Dezembro de 2002.

José Francisco Mendes Sampaio Prefeito Municipal

CAMÂRA MUNICIPAL DE LADÁRIO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

_
8
Ā
¥
핃
4
$\overline{\mathcal{Q}}$
ద
2
AÇÃO PUBLICA DE LADARIO
S
\geq
5
밀
EDE DE I
円
Ä
A
0
ÇÃO DA RI
JTEN
ž
Š
Ш
Ä
Ą
8
SE
Ö
DE CONS
Ö
F
AR
ᄪ
VA DE DESCONTO DE TARIFA DI
ဥ
S
ပ္ထ
Ж
Щ
A
<u>></u>
ES
38
Ö
SELN PROGRESSIVA D
A L
TABELA
¥.

TABEL	PROGRE	ESSIVA	DE DESCON	TABEL PROGRESSIVA DE DESCONTO DE TARIFA D	W	RVAÇAO E N	CONSERVAÇAO E MANUTENÇAO DA REDE	A REDE DE IL	UMINAÇA	DE ILUMINAÇÃO PUBLICA DE	LADARIO
	SALYA CONS	Γ	Nº CI IFNTES IPA	PARTICIPACAO (%)	ALIQUOTA (%)	TAXA (R\$)		PARTICIPAÇAO	KWH / MES	IMPORTE (R\$)	PARTICIPAÇÃO DA
CLAUSE	KWH /MES		+	-	(3)	(4) = (3) x Tarifa ILP	R\$ (5) = (1) x (4)	(9) (%)	7)**	(8) = (7) × Tarifa p/Fa	TAXA/IMPORTE
	0	15	52	1,67	00'0	00'0	0,00	0,00	15	1,021	0,00
	9,	30	130	4,17	00'0	00'0	00'0	00'0		1,08	L'A
ou suit.	33	99	120	3,84	00.0	00'0	00'0	00'0	The second second	2,15	
	,,	100	343 mm	11,95	4,00	3,94	1469,62	86,6	51	5,39	
as Broken	101	150	535	17,14	3,00	2,96	09 E8G F - 1283 60	10,11	林林	12,45	
ends to	151	200	513	16,44	5,00	4,93	523,09	16,14	151	35,20	14.0
	201	300		19,48	00'9	5,91	3593,28	22,93	-	48,61	
IN SUCIONO	1	400	310	9,93	00'9	5,91	1832,10	11,69	38.00	72,80	
		200	161	5,16	8,00	7,89	12/0,29		的海然	66'96	b ,1
	501	900	The second of the second	2,47	8,00	7,89	607,53		のはな	129,25	1, 0
	804	00/	47	1.41	10,00	98'6	433,84	2,77		155,05	b, 0
	100	800	79	0.93	10,00	98,8	285,94	1,82	/01	180,85	5,4
	100	006	19	0.61	12,00	11,83	224,77	1,43	801	206,65) (C
	200	1000	A STATE OF THE PARTY OF THE PAR	0.22	12.00	11,83	92,84	00,63		-232,45	U.C. A. S. C.
	1000	2500	1	0.54	15,00	14,79	251,43	1,60	1001	258,24) 4
****	001	2503	The second section of the second seco	000	15.00	17,79	0000	00.00	2501	645,22	2.2
A CONTRACTOR AND A CONTRACTOR	2007		2.005	98.38			14164.30	66,08		-	
DISTRICT VINION	E NOINE	45		0.13	0.00	00'0	o lo le co	00'0		00'0	
		20%	The second second	0.13	0.00	00'0	0000	00'0	16 22	3,69	00
	2 2	05		0,32	0.00	00'0	00'0	00'0	31-2-	7,15	0.0
		UUL	13 25	0.42	4.00	3,94	51,22	0,33	51	11,76	C, CC
מון אל (101	150	6	0.29	6,00	5,91	53,19		101年至	23,28	25,3
	7 7 7	200	10	0.32	8,00	7,89	06'8/	09'0	4074000	34,81	22,6
L	200	300	10	0.32	1	98'6	09,86	69'0	でを報	46,39	21.2
n	301	400	16	0.51	10,00	98'6	97/19	9	SE	68,39	14,7
I A I O I O I A I	401	200	2 44 5 7 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1 1	0.22	12,00%	11,83	1858 ACT 82,81	6,0	401	92,45	12,0
	7	909	9	0,19	12,00	11,83	86'0/	3, 0,45	201	115,50	Contraction of the Contraction o
:	1.05	00/	17.00	0.10	16.00	12,77	co'8/ 18'00	ne'n	1.00	1,00,00	
_		2			16,00	1,,/-	Section of the sectio		, (Új 1985)	10,101	3(0) >
-	801	006	2 mg - 10 mg	0.16	24,00	23,66	118,30	0,74	1	184,66	12,0
	105	1000	このでは ないない ないない ないかい かいかい かいかい かいかい かいかい かいか	0,03	≥≈ 28.00 ≥ ≤	27,60	27,60	0,18	ないない	207,72	701
***	1001	2500	15 mm	0,48	被	27,60	414,00	7) 2,64	" 在 第二	230,17	AND THE PROPERTY OF
	> 2500	2501	Action Business	0,26	28,00	27,60	220,80	1,41	2501	576,59	一十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二十二
SOMA COME	SOMA COMERCIAL / INDUSTRIAL	STRIAL	126	4,04	10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 10 1	•	1506,2	9,61	なない事業が出っ	176	がある。
SOMA GERAL			3.121	100,00	では、大学の大学を行うない		15670,50	31 100,00	· 电影响 · · · · · · · · · · · · · · · · · · ·		1000年代日本の日本の日本の日本の日本の日本の日本の日本の日本の日本の日本の日本の日本の日
	1	1									,

РР - 31A - Ise. . . s = Residenciais até 50kWn - 10,1% Com/indústriais até 50 kWh - 14,3%

PROPOSTA PARA DETERMINAÇÃO DA TAXA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA - MUNICÍPIO DE LADÁRIO - MS

KWH KWH KWH KWH lluminação Pública DDD - 03 031 - 100 101 - 150 Acima 150

ARILAN VIGEN IEN A PARI

PARTICIPAÇÃO (%) ALQUOTA (%) (%) FANTICIPAÇÃO (%) ALQUOTA (%) (%) FANTICIPAÇÃO (%) ALQUOTA (%) (%)	1000											
1 1 1 1 2 2 1 1 1 2 2	- Passe	FAIXA CONSUM(KwH /MÊS	0	N° CLIENTES (1)	4ÇÃO (%)	ALÍQUOTA (%) (3)	TAXA (R\$) (4) = (3) x Tarifa ILP	FATURAMENTO R\$ $(5) = (1) \times (4)$	PARTICIPAÇÃO (%) (6)	KWH / MÊS	IMPORTE (R\$) (8) = (7) x Tarifa p/Faixa	PARTICIPAÇÃO DA TAXA /IMPORTE
15 50 50 510 5		0	15	52	1,67	00'0	00'0			1,5		100
131 150		16	30	130	4,17	00'0	00'0	00.00			1 08	0.0
101 150 253 1754 200 258 1580 1514 1510 258 251 2514		31	20	120	3,84	00'0	00'0	00'0			2.1	
1511 200 513 1544 500 2.89 1585.00 10.1 1610 152.6 15.4 1.2		51	100	373	11,95	4,00	3,94	1469,62			5,36	
101 200 619 6194 500 459 5269 1614 151 1520 1614 151 1520 1614 151 1520 1614 151 1520 1614 151 1520 1614 151 1520 1614 151 1520 1614 151 1520 1614 151 1520 1614		101	150	535	17,14	3,00	2,96	1583,60	-		12.4	
120 200 200 1946 600 591 2503/28 201 201 201 202 201		151	200	513	16,44	5,00	4,93	2529,09			35.20	
101 200 151 220 220 220 251 250		201	300	809	19,48	00'9	5,91	3593,28			48.6	
Mathematical Color 141 247 240 260 758 260 251 401 401 260 758 260 251 260 252 2	ESIDENCIAL	301	400	310	9,93	6,00	5,91	1832,10			72,80	
State Stat		401	200	161	5,16	8,00	7,89	1270,29			36 ['] 96	
Total Tota		501	009	77	2,47	8,00	7,89	607,53			129,24	The make of The
101 100 20 19 100 1183 228,54 1182 701 160,656 160,656 1183 228,477 1183 228,477 1183 228,477 1183 228,477 1183 228,477 1183 228,477 1183 220,00 17 200 150,00 15		601	700	44	1,41	10,00	98'6	433,84			155.06	2000
Sell 1000 19		701	800	29	0,93	10,00	98'6	285,94			180.8	40
NOIND 1000 7 0.22 12,000 11,83 82,81 55,00 901 223,243 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.77 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.50 1.77 1.50 1.		801	006	19	0,61	12,00	11,83	224,77	1,43		206,6	The second second
NICMAL 2500 17 0.54 15,00 14,79 25143 1.50 1001 2501 260,24 250,24 250,04		901	1000	7	0,22	12,00	11,83	82,81	53,00		232,4	
2500 2501 6 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0 0		1001	2500	- 17	0,54	15,00	14,79	251,43	a per la compre presidente		258,2	
NOTAL			2501	0	00'0	15,00	TT, 79 ougst of the contraction	00'0		34,500	27.549	2
0 16 4 0,13 0,00 <td>MA RESIDENCI.</td> <td>IAL</td> <td>The American Control of the State of the Control of</td> <td>2.995</td> <td>96'56</td> <td>1000</td> <td>A STATE OF THE STA</td> <td>14164,30</td> <td></td> <td>1 100</td> <td> All Control of the Cont</td> <td></td>	MA RESIDENCI.	IAL	The American Control of the State of the Control of	2.995	96'56	1000	A STATE OF THE STA	14164,30		1 100	 All Control of the Cont	
16 30 4 0,13 0,000 0,000 0,000 0,000 31 7,15		0	15	4	0,13	00'0	00'00	00'0	de de en contrata de la		0.0	-10
11 50 10 0.32 0.00 0.00 0.00 0.00 0.00 0.10		16	30	4	0,13	- 00'0	00'00 miles and the part of th	00'0			3,6	0
51 100 13 6,40 3,94 51,22 0,33 51 11,76 11,76 101 150 9 0,29 6,00 5,91 5,314 101 23,28 151 200 10 0,22 8,00 7,89 0,53 101 4,81 201 300 10 0,32 10,00 9,88 157,6 1,01 34,81 301 400 16 0,51 10,00 9,88 157,6 1,01 80,1 80,3 401 500 6 0,19 12,00 11,83 801 801 115,6 501 601 1,00 9,88 15,7 70,8 601 115,6 601 7 0,16 1,00 1,774 53,2 0,14 101,1 601 1,00 1,00 1,774 53,2 0,14 101,1 801 1,00 1,0 24,00 23,6 0,14 801 <td></td> <td>31</td> <td>50</td> <td>10</td> <td>0,32</td> <td>00'0</td> <td>00'0</td> <td>00'0</td> <td>-0</td> <td></td> <td>1,7</td> <td>0'0</td>		31	50	10	0,32	00'0	00'0	00'0	-0		1,7	0'0
101 150 9 0,29 6,00 5,91 53,19 101 23,28 102 34,81 102 23,28 102 34,81 102 34,81 102 34,81 102 34,81		51	100	13	0,42	4,00	3,94	51,22			11.76	33,5
151 200 10 0,32 8,00 7,89 78,90 0,50 151 34,81 34,81 34,81 34,81 34,81 34,81 34,81 36,90 0,50 10,00 9,86 98,60 0,63 201 46,39 82,38 201 46,39 82,38 46,13 82,46 82,30 46,39 82,34 82,38 82,46 1,01 30,1 11,63 82,46 1,01 30,1 115,50 82,46 <th< td=""><td>OMERCIAL</td><td>101</td><td>150</td><td>6</td><td>0,29</td><td>9'00</td><td>5,91</td><td>53,19</td><td></td><td></td><td>23,28</td><td>3 25,3</td></th<>	OMERCIAL	101	150	6	0,29	9'00	5,91	53,19			23,28	3 25,3
201 300 10 9.86 98.60 0.63 201 46.39 301 400 16 0,51 10,00 9.86 157.76 1,01 301 69.39 401 69.39 401 500 7 0,22 12,00 11,83 82,81 0,55 401 92,45 52.45 501 601 70 0,19 12,00 11,83 601 601 115,57 80.45 501 115,65 115,65 115,65 11,85		151	200	10	0,32	8,00	7,89	78,90	0,50		34,8	22,6
301 400 16 0,51 10,00 9,86 157,76 1,01 301 69,39 69,39 401 500 7 0,22 12,00 11,83 82,81 0,53 401 92,45 76 501 600 6 0,19 12,00 11,83 0,45 501 115,50 22,40 15,77 78,85 0,54 601 115,60 118,00 15,77 78,85 0,54 601 116,61 138,66 116,11 138,66 116,11 138,66 118,00 17,74 53,22 0,34 701 161,61		201	300	10	0,32	10,00	98'6	09'86		4	46,38	21,2
401 500 7 0,22 12,00 11,83 82,81 0,53 401 92,45 501 600 6 0,19 12,00 11,83 0,45 501 115,50 601 700 5 0,16 15,77 15,77 601 701 138,56 701 800 5 0,16 24,00 23,66 118,39 0,74 801 184,66 901 1001 26,00 27,60 0,18 801 207,72 901 1001 250 27,60 0,18 801 207,72 1001 250 25,00 27,60 0,18 801 207,72 > 250 250 25,00 27,60 0,18 801 256,59 > 250 250 25,00 27,60 0,18 801 256,59 > 250 250 25,00 27,60 27,60 1,41 2501 256,59 XOALALINDUSTRIAL 126		301	400	16	0,51	10,00	98'6	157,76	the second second second		se'69	14,2
501 600 6 0,19 12,00 11,83 70,98 0,45 501 115,50 601 700 5 0,16 16,00 15,77 8.00 601 138,56 118,30 17,74 8.01 16,161 184,66 </td <td>DUSTRIAL</td> <td>401</td> <td>200</td> <td>7</td> <td>0,22</td> <td>12,00</td> <td>11,83</td> <td>82,81</td> <td>69'0</td> <td></td> <td>92,4</td> <td>5 12,8(</td>	DUSTRIAL	401	200	7	0,22	12,00	11,83	82,81	69'0		92,4	5 12,8(
601 700 5 0.16 16,00 15,77 78.85 0,50 601 138,56 138,56 15,77 15,17 15,17 15,17 15,17 15,12 0,53 24,00 17,74 23,22 0,54 701 161,61 161 161,61 161 161,61 161 161,61 161 161,61 161 161,61 161 161,61 161,61 161 161,61		501	009	6	0,19	12,00	and ordinate 11,83 continue on the	70,98			115,5(10,2
701 800 3 9,1 18,00 17,74 45,22 6,34 701 161,61 1 161,61 1 161,61 1 161,61 1 161,61 161 161,61 1 161,61 1 161,61 1 161,61 1 161,61 1 164,62 24,00 23,66 27,60 27,60 27,60 27,60 27,60 27,60 27,60 27,60 250,11 250,11 250,11 250,11 250,11 250,11 250,11 250,11 250,11 250,11 250,11 27,60 27,60 27,60 27,60 27,60 27,60 27,60 250,11 <t< td=""><td></td><td>601</td><td>200</td><td></td><td>0,16</td><td>16,00</td><td>15,777 men on the second of th</td><td>58'82</td><td>and the second s</td><td></td><td>138,56</td><td>3 11,3</td></t<>		601	200		0,16	16,00	15,777 men on the second of th	58'82	and the second s		138,56	3 11,3
801 900 5 0.16 24,00 23,66 118,30 0.74 801 184,66 184,66 184,66 184,66 184,66 184,66 184,66 184,66 184,66 184,66 184,66 184,60 184		701	800	3	0,1	18,00	process services 17,74 pages	53,22	0,34	9	161,6	10.0
901 1000 1 0.03 28,00 27,60 27,60 0,18 801 207,72 20,77 1001 2500 15 0,48 28,00 27,60 414,00 2.64 1001 2501 2501 2501 8 0,26 27,60 27,60 220,80 1,41 2501 576,59 27,60 220,80 1,41 2501 576,59 27,60 27,		801	006	5	0,16	24,00	** ***********************************	118,30	Supplied.		184,6	12,8
1001 2500 15 0.48 28,00 27,60 414,00 2.64 1001 230,77 230,77 250.0 250.1 8 0.26 28,00 27,60 220,80 1,41 250.1 576,59 2.64 2.		901	1000	1	0,03	28,00	27,60	27,60	0,18	70	:7,702	13,2
> 2500 2501 8 0.26 28,00 27,60 220,80 1,41 2501 2501 XCIAL / INDUSTRIAL 126 4,04 - 6,61 - 9,61 - 3.121 100,00 - - 15670,53 100,00 -		1001	2500	15	0,48	28,00	27,60	414,00	2,64		230,7,	7,11,96
CIAL / INDUSTRIAL 126 4,04 - 1506,23 3.121 100,00 - 15670,53		> 2500	2501	8	0,26	28,00	27,60	220,80			576,59	4
3.121 100,00 - 15670,53	OMA COMERCIA	AL / INDUSTRIAL		126	4,04	10 mg = 10 mg		1506,23		-		_
	OMA GERAL			3.121	100,00		•	15670,53		•		•

RESUMO:

9.498,59 (2) - Em relação ao total de clientes 10.448,45 (6) - Em relação ao total faturado 3.968,44 (7) - Considerado faixa inicial (1) - Dezembro de 1998 % 10,00 (3) - Valor definido R\$ & & Saldo (Arrecadado - Despesa) = 15.670,53 Despesas com pagamento Despesa Total Prevista axa de Administração 14.416,89 F R\$ R\$ Valor Previsto de Faturamento = Valor Previsto de Arrecadação = Consumo médio mensal Taxa de Adimplência

ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL A DE DESCONTO DE TADIEA DE CONSEDVAÇÃO E MANIITENÇÃO DA BEDE DE II

CAMÂRA MUNICIPAL DE LADÁRIO

PARTICIPAÇÃO DA TAXA/IMPORTE TABEL HAROGRESSIVA DE DESCONTO DE TARIFA DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE LADARIO IMPORTE (R\$) $(8) = (7) \times \text{Tarifa p/F}$ 184.66 KWH/MES 401 PARTICIPAÇAO (%) (6) 157,75 FATURAMENTO R\$ (5) = (1) x (4) 82,8 TAXA (R\$) (4) = (3) x Tarifa ILP 5,91 7,89 7,89 9,86 9,86 11,83 7,89 9,86 9,86 11,83 11,83 0,00 0,00 0,00 3,94 5,91 0 0 0 0 0 0 0 0 0 ALIQUOTA (%)
(3) 0,00 0,00 3,00 5,00 6,00 8,00 12,00 12,00 0,00 0,00 0,00 4,00 12,00 12,00 15,00 28,00 6,00 16.00 8,00 PARTICIPAÇAO (%) 3 N° CLIENTES 44 29 FAIXA CONSUMO KwH /MES RESIDENCIAL NDUSTRIAL COMERCIAL CLASSE

24年12670.53